

**Dia 21.01.2021 (2ª - Sessão Extraordinária)** – Matéria em Pauta composta do Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 001/2021 – Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo no município de Ananindeua a partir de 1º de janeiro de 2021, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 002/2021 – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 2.394 de 07 de outubro de 2009, que cria a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, extingue a Fundação Municipal de Cultura de Ananindeua, Altera a Lei nº 2.231 de 24 de julho de 2006 e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 003/2021 – Dispõe sobre a Criação da Secretaria Municipal da Mulher – SEMMU de Ananindeua, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 003/2021 – Altera a organização da Procuradoria Geral do Município de Ananindeua, instituída pela Lei nº 1.079 de 15 de abril de 1992, define sua competência, Dispõe sobre os cargos, carreira e remuneração dos Procuradores do Município e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 004/2021 – Dispõe sobre a regulamentação e transferências das atribuições de gestão e de fiscalização dos serviços de coleta e destinação de lixo domiciliar e hospitalar do Município de Ananindeua pela Secretaria Municipal de

serviços Urbanos – SEURB E PELA Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura - SESAN, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 005/2021 – Dispõe sobre a criação da Subprefeitura no lado sul do Município de Ananindeua, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 006/2021 – Dispõe sobre a regulamentação do cargo de Chefe de Cerimonial da Prefeitura Municipal de Ananindeua como cargo político, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 007/2021 – Dispõe sobre a Alteração da Lei nº 2.938, de 26 de junho de 2018, que trata da Instituição da Ouvidoria Geral do Município de Ananindeua, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 001/2021 – Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e da outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Resolução nº 001/2021 – Modifica a redação do artigo 171 caput da Resolução nº 003 de 22 de Dezembro de 1999 (Regimento Interno de Câmara Municipal de Ananindeua, e dá outras providências), de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em votação única e Parecer nº 001/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Finanças e

Orçamento e Parecer nº 001 /2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Resolução nº 002/2021 – Modifica a redação do artigo 5º caput e seus §§ 1º e 2º, da Resolução nº 003 de 22 de Dezembro de 1999 (Regimento Interno de Câmara Municipal de Ananindeua), e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, em discussão, o vereador Fabrício Miranda ressaltou que dezenove novos vereadores assumiram por anseio da população. Estudou o Regimento Interno e verificou que o legislativo tem um recesso de sessenta dias no início do ano e quarenta e cinco dias no meio do ano desde mil, novecentos e noventa e nove. Em reunião extraoficial com os demais vereadores sugeriu que mudassem esse recesso e foi aceito por unanimidade. Citou que desde o primeiro dia do ano todos os vereadores estão trabalhando pelo município, mesmo sendo recesso. Agradeceu aos pares pelo apoio. Também discutindo, o vereador Rui Begot registrou que o projeto prevê o recesso no meio do ano, de um de julho a nove de agosto, e no final do ano, de quinze de dezembro a dezenove de janeiro. Concorde que o prazo do recesso era muito grande e acha bom ter diminuído em respeito à população. Parabenizou ao autor pela iniciativa. O projeto foi aprovado por unanimidade de votos – em votação única.